

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Pós - Graduação em Docência na Educação
Profissional e Tecnológica

SORAYA KÉCIN MATOS DA SILVA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
A JORNADA INVISÍVEL DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA ATÉ A SALA DE
AULA**

PORTO VELHO
2026

SORAYA KÉCIN MATOS DA SILVA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
A JORNADA INVISÍVEL DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA ATÉ A SALA DE
AULA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dr^a. Rafaele Febrone Meloni.

PORTO VELHO
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Silva, Soraya Kecin Matos da.

Desafios da Educação Profissional e Tecnológica: a jornada invisível dos alunos de baixa renda até a sala de aula / Soraya Kecin Matos da Silva. - Porto Velho, 2026.

15 f.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Rafaele Febrone Meloni.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. educação profissional. 2. baixa renda. 3. políticas públicas. 4. evasão escolar. 5. exclusão digital . I. Meloni, Rafaele Febrone (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

SORAYA KÉCIN MATOS DA SILVA


**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
A JORNADA INVISÍVEL DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA ATÉ A SALA DE
AULA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Dr^a. Rafeale Febrone Meloni.


Aprovado em: 24/03/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **ALINE ROSA GOMES**
Data: 07/04/2026 17:44:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Aline Rosa Gomes
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **GABRIELA DANTAS CARVALHO**
Data: 08/04/2026 14:12:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Gabriela Dantas Carvalho
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **RAFAELE FEBRONE MELONI**
Data: 07/04/2026 13:26:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dr^a. Rafeale Febrone Meloni
Orientadora

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A JORNADA INVISÍVEL DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA ATÉ A SALA DE AULA

RESUMO: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil configura-se como instrumento estratégico para a inclusão social e o desenvolvimento econômico, ao ampliar oportunidades de qualificação e inserção produtiva. Contudo, estudantes de baixa renda enfrentam obstáculos que comprometem o acesso e a permanência nesse nível de ensino. Este estudo objetiva analisar os principais desafios enfrentados por esse público e discutir caminhos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à EPT. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão de literatura especializada e análise de dados recentes sobre acesso, permanência e evasão na educação profissional. Foram examinados artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais, buscando-se identificar padrões recorrentes e fatores estruturais associados à exclusão educacional. Os resultados evidenciaram que a desigualdade socioeconômica limitou as condições materiais de permanência, especialmente quanto a transporte, alimentação e aquisição de recursos didáticos. Constatou-se que a exclusão digital comprometeu o acompanhamento das atividades acadêmicas e ampliou as defasagens de aprendizagem. Verificou-se ainda que a necessidade de conciliar estudo e trabalho contribuiu para o aumento da evasão escolar, agravada pela insuficiência de políticas de assistência estudantil e de suporte pedagógico. Os achados demonstram que a permanência com êxito na EPT depende da implementação de políticas integradas de apoio socioeconômico e inclusão digital. Conclui-se que o fortalecimento da assistência estudantil e do acompanhamento institucional é fundamental para a democratização efetiva do ensino técnico no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional; baixa renda; políticas públicas; evasão escolar; exclusão digital.

CHALLENGES OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE INVISIBLE JOURNEY OF LOW-INCOME STUDENTS TO THE CLASSROOM

ABSTRACT: Professional and Technological Education (EPT) in Brazil is a strategic instrument for social inclusion and economic development, by expanding opportunities for qualification and productive insertion. However, low-income students face obstacles that compromise access and retention at this level of education. This study aims to analyze the main challenges faced by this public and discuss ways to strengthen public policies aimed at EPT. The research adopted a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on a review of specialized literature and analysis of recent data on access, retention and dropout in professional education. Scientific articles, institutional reports and official documents were examined, seeking to identify recurring patterns and structural factors associated with educational exclusion. The results showed that socioeconomic inequality limited the material conditions of stay, especially regarding transportation, food and acquisition of teaching resources. It was found that digital exclusion compromised the monitoring of academic activities and widened learning gaps. It was also found that the need to combine study and work contributed to the increase in school dropout rates, aggravated by insufficient student assistance and pedagogical support policies. The findings demonstrate that successfully remaining in EPT depends on the implementation of integrated socioeconomic support and digital inclusion policies. It is concluded that strengthening student assistance and institutional monitoring is fundamental for the effective democratization of technical education in Brazil.

KEYWORDS: professional education; low income; public policies; school dropout; digital exclusion.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui uma das principais estratégias para promover a inserção produtiva de jovens no mercado de trabalho e fomentar o desenvolvimento regional e nacional, sendo reconhecida nas políticas educacionais brasileiras como instrumento de inclusão social e redução das desigualdades. No contexto das políticas públicas educacionais, a EPT busca articular formação geral e formação técnica, contribuindo para a qualificação profissional e para a ampliação das oportunidades de participação social e econômica dos estudantes (BRASIL, 2008; MEC, 2022). Fundamentada em concepções que valorizam a formação integral do sujeito e o trabalho como princípio educativo, essa modalidade de ensino procura superar a histórica dualidade entre formação intelectual e formação para o trabalho, integrando conhecimento científico, tecnológico e humanístico no processo formativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012; RAMOS, 2014; KUENZER, 2010).

Entretanto, apesar dos avanços observados na expansão da rede federal e na ampliação da oferta de cursos técnicos, persistem desafios estruturais relacionados ao acesso e, sobretudo, à permanência dos estudantes de baixa renda. Estudos apontam que as desigualdades socioeconômicas influenciam diretamente as trajetórias escolares, uma vez que muitos jovens enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte, à alimentação, ao acesso a materiais didáticos e às condições adequadas de estudo (BARBOSA; FRANCO, 2021; INEP, 2024). Além disso, fatores como a exclusão digital e a necessidade de conciliar trabalho e estudo constituem obstáculos significativos para a continuidade da formação, contribuindo para o aumento dos índices de evasão escolar na educação profissional (IBGE, 2023; SANTOS; REIS, 2021).

Outro elemento relevante refere-se às desigualdades educacionais historicamente presentes na sociedade brasileira, que se refletem nas oportunidades de acesso e permanência no sistema de ensino. Conforme destaca Saviani (2013), a educação brasileira foi marcada por processos de exclusão que impactam de maneira mais intensa os grupos socialmente vulneráveis, exigindo políticas educacionais que promovam maior equidade. Nesse sentido, programas de assistência estudantil e políticas de apoio pedagógico desempenham papel

fundamental na redução das desigualdades e na promoção da permanência com êxito dos estudantes na EPT (MEC, 2022; SILVA; BRUNO, 2020).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por estudantes de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica e discutir, à luz do referencial teórico e de dados recentes, caminhos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à permanência qualificada nesse nível de ensino. A compreensão desses fatores é essencial para a construção de estratégias educacionais que ampliem as oportunidades formativas e contribuam para o desenvolvimento social e econômico do país (OIT, 2023; RAMOS, 2014).

1.1 Justificativa

A escolha do tema surgiu da inquietação diante das profundas desigualdades educacionais que ainda marcam a realidade brasileira. Em um país com altos índices de vulnerabilidade social, refletir sobre o acesso à educação técnica e profissional é, sobretudo, reconhecer que a escola não começa na porta da sala de aula, mas muito antes dela — nos trajetos cotidianos dos estudantes, nas barreiras silenciosas que enfrentam e nas oportunidades que lhes são negadas antes mesmo da matrícula.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por sua natureza, deveria ser uma ponte entre a escola e o mercado de trabalho, entre o saber e o fazer. No entanto, para muitos jovens em situação de pobreza, essa ponte é instável, mal sinalizada e, às vezes, sequer é visível. Perceber essa jornada invisível é essencial para que se possa pensar em políticas públicas mais sensíveis às realidades concretas desses alunos.

Este tema se torna ainda mais urgente diante do crescimento da exclusão digital, da evasão escolar e da fragilidade das redes de apoio socioeducacional. Escolher discutir esses desafios não é apenas um exercício acadêmico, mas um compromisso com a transformação social. A reflexão crítica sobre a EPT e seus gargalos revela um cenário que precisa ser urgentemente transformado para que a educação cumpra seu papel emancipador e inclusivo.

Assim, esta pesquisa é também um convite à empatia e à responsabilidade social. Trata-se de tornar visível aquilo que muitas vezes é ignorado: a persistência silenciosa de milhares de jovens que, apesar de todas as dificuldades, seguem buscando na educação a chave para uma vida mais digna.

2 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão de literatura, com base bibliográfica e documental. A escolha por essa metodologia se justifica pela necessidade de compreender os múltiplos fatores sociais, econômicos e institucionais que influenciam o acesso e a permanência de alunos de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir da análise de fontes já consolidadas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em artigos científicos disponíveis em bases acadêmicas e periódicos da área de educação, bem como em obras de referência que discutem a educação profissional no Brasil, as desigualdades educacionais e as políticas públicas voltadas à inclusão social. Entre os principais autores analisados destacam-se Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), Kuenzer (2010), Ramos (2014) e Saviani (2013), cujos estudos abordam a relação entre educação, trabalho e formação humana no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Também foram considerados artigos científicos que discutem evasão escolar, exclusão digital e vulnerabilidade socioeconômica no acesso à educação. A seleção dessas referências considerou critérios de relevância acadêmica, consistência teórica e pertinência temática para o debate.

A pesquisa documental incluiu a análise de documentos oficiais, relatórios institucionais e bases de dados estatísticos que tratam da educação profissional no Brasil. Foram utilizados, como fontes principais, a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008); as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica publicadas pelo Ministério da Educação (MEC, 2022); o Censo da Educação Básica e relatórios estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (INEP, 2024); e a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), que apresenta dados sobre condições socioeconômicas da população brasileira. Também foram examinados relatórios divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2023), os quais fornecem indicadores sobre formação profissional, mercado de trabalho e juventude em situação de vulnerabilidade social.

A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem interpretativa, buscando identificar padrões, contradições e lacunas nas políticas públicas de educação técnica voltadas para populações em vulnerabilidade. A metodologia adotada permitiu relacionar os dados estatísticos e os referenciais teóricos analisados, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos fatores que influenciam o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, a pesquisa não apenas descreve o fenômeno estudado, mas também aponta reflexões e possibilidades de aprimoramento das políticas educacionais voltadas à promoção da equidade no sistema educacional brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental evidenciou que os desafios enfrentados por estudantes de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) não se restringem ao momento do ingresso, mas permeia toda a trajetória formativa, configurando o que se denomina, neste estudo, de “jornada invisível” até a sala de aula. Diversos estudos apontam que as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira refletem-se diretamente no sistema educacional, impactando as oportunidades de acesso, permanência e conclusão dos cursos técnicos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012; SAVIANI, 2013).

Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que, embora tenha havido ampliação de matrículas na EPT nos últimos anos, os índices de evasão permanecem significativos, especialmente entre estudantes oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis (INEP, 2024). Tal cenário confirma que o acesso formal

ao ensino técnico não garante, necessariamente, a permanência e a conclusão dos cursos, uma vez que fatores externos à escola influenciam diretamente a trajetória educacional dos estudantes (BARBOSA; FRANCO, 2021).

A partir das publicações do Ministério da Educação, observa-se que as políticas de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contribuíram para a interiorização da oferta e ampliação de oportunidades educacionais em diferentes regiões do país (BRASIL, 2008; MEC, 2022). Contudo, a literatura analisada aponta que a desigualdade estrutural ainda limita o alcance dessas políticas, especialmente em regiões marcadas por maiores índices de vulnerabilidade social (KUENZER, 2010; RAMOS, 2014). Nesse contexto, a insuficiência de políticas integradas de assistência estudantil — como auxílio transporte, alimentação e apoio psicossocial — aparece como um dos fatores que impactam diretamente a permanência dos estudantes na educação profissional (SILVA; BRUNO, 2020).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à exclusão digital. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística evidenciam que famílias de baixa renda apresentam menor acesso a dispositivos tecnológicos e internet de qualidade, o que compromete o desempenho acadêmico e amplia as desigualdades educacionais, sobretudo em contextos de ensino híbrido ou mediado por tecnologias (IBGE, 2023). A pandemia de COVID-19, que atingiu o Brasil a partir de 2020, intensificou essa lacuna, tornando ainda mais evidente a desigualdade no acesso aos recursos educacionais e às oportunidades de aprendizagem (SANTOS; REIS, 2021).

Além das barreiras materiais, as análises dos estudos selecionados indicam que fatores simbólicos e culturais também influenciam a trajetória desses estudantes. A literatura educacional aponta que a ausência de capital cultural familiar, associada às limitações socioeconômicas, pode reduzir as expectativas educacionais e dificultar a permanência no sistema de ensino (SAVIANI, 2013; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012). Soma-se a isso a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, realidade comum entre jovens de baixa renda, que frequentemente precisam conciliar estudo e trabalho para contribuir com a renda familiar (OIT, 2023).

No que diz respeito à efetividade das políticas públicas, a análise aponta avanços importantes, porém ainda fragmentados. Programas de assistência

estudantil demonstram impacto positivo na redução da evasão quando implementados de forma contínua e articulada com ações pedagógicas e de acompanhamento institucional (MEC, 2022; SILVA; BRUNO, 2020). No entanto, limitações orçamentárias, descontinuidade administrativa e ausência de monitoramento sistemático reduzem a abrangência e a sustentabilidade dessas iniciativas (OLIVEIRA; MARTINS, 2019).

Dessa forma, os resultados reforçam que os desafios da Educação Profissional e Tecnológica para estudantes de baixa renda são multifatoriais e interdependentes. Não se trata apenas de ampliar vagas, mas de construir políticas educacionais que considerem as condições concretas de vida desses sujeitos e as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira (RAMOS, 2014; KUENZER, 2010).

A análise dos achados evidencia que a democratização da Educação Profissional e Tecnológica exige ações intersetoriais que integrem educação, assistência social, políticas de trabalho e inclusão digital, de modo a ampliar as condições reais de permanência e sucesso acadêmico (MEC, 2022; OIT, 2023). Investimentos em infraestrutura tecnológica, fortalecimento das políticas de assistência estudantil e acompanhamento pedagógico contínuo mostram-se estratégias fundamentais para romper o ciclo de desigualdade educacional (IBGE, 2023; SILVA; BRUNO, 2020).

Assim, torna-se evidente que dar visibilidade à trajetória desses estudantes é passo essencial para a construção de uma Educação Profissional e Tecnológica verdadeiramente inclusiva, capaz de cumprir sua função social de promoção da equidade, da formação humana integral e da inclusão produtiva no mundo do trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012; RAMOS, 2014).

4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por estudantes de baixa renda no acesso e na permanência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, evidenciando os fatores

estruturais, sociais e institucionais que compõem essa jornada invisível até a sala de aula.

Os resultados demonstraram que, embora haja avanços na expansão da oferta de vagas e na interiorização da EPT, os obstáculos enfrentados por esses estudantes permanecem significativos e multifatoriais. A desigualdade socioeconômica, a exclusão digital, a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e a fragilidade das redes de apoio institucional configuram barreiras que ultrapassam o espaço escolar e impactam diretamente o percurso formativo.

Constatou-se que políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação têm contribuído para ampliar o acesso, especialmente por meio da expansão da rede federal de ensino. No entanto, a permanência e o êxito escolar ainda demandam maior fortalecimento das ações de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e inclusão digital, conforme apontam dados sistematizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A pesquisa evidencia que democratizar a Educação Profissional e Tecnológica não significa apenas ampliar matrículas, mas garantir condições reais de permanência e conclusão dos cursos. Para isso, faz-se necessária uma atuação intersetorial que articule educação, assistência social, políticas de emprego e inclusão tecnológica, promovendo equidade de oportunidades.

Dessa forma, conclui-se que tornar visível a jornada dos estudantes de baixa renda é um passo fundamental para a construção de uma EPT mais justa e inclusiva. A educação técnica e profissional, quando estruturada com base em princípios de equidade e justiça social, pode cumprir seu papel emancipador, contribuindo para a transformação das trajetórias individuais e para o desenvolvimento social mais amplo.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem investigações empíricas em contextos regionais específicos, ampliando a compreensão das realidades locais e subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

5 PLANO DE AÇÃO OU INDICAÇÕES PRÁTICAS

Considerando os desafios identificados ao longo da pesquisa — especialmente aqueles relacionados à permanência de estudantes de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) — torna-se fundamental propor ações que contribuam para a redução das desigualdades educacionais e para o fortalecimento das políticas institucionais de apoio ao estudante. As indicações práticas apresentadas a seguir buscam ampliar as condições de acesso, permanência e êxito acadêmico desses estudantes.

Uma das principais ações consiste no fortalecimento das políticas de assistência estudantil. Programas de auxílio financeiro, como bolsas permanência, auxílio transporte e alimentação, devem ser ampliados e estruturados de forma contínua, garantindo que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam permanecer nos cursos técnicos sem que as dificuldades financeiras comprometam sua trajetória educacional. A assistência estudantil, nesse sentido, configura-se como instrumento essencial de equidade e inclusão no sistema educacional.

Outra medida importante refere-se à promoção da inclusão digital. Muitas das dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda estão relacionadas ao acesso limitado a equipamentos tecnológicos e internet de qualidade. Dessa forma, as instituições de ensino podem implementar programas de empréstimo de computadores, ampliação da infraestrutura de internet nos campi e oferta de espaços de estudo com acesso livre a recursos tecnológicos, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Também se destaca a necessidade de fortalecer o acompanhamento pedagógico e psicossocial dos estudantes. A criação de programas de tutoria acadêmica, monitorias e acompanhamento individualizado pode contribuir para identificar precocemente dificuldades de aprendizagem e fatores que possam levar à evasão escolar. Além disso, o apoio psicológico e social pode auxiliar estudantes que enfrentam situações de vulnerabilidade familiar, emocional ou econômica.

Outra ação relevante consiste na articulação entre escola e mundo do trabalho. A ampliação de programas de estágio, parcerias com empresas e projetos de formação profissional pode contribuir para que os estudantes visualizem

perspectivas concretas de inserção no mercado de trabalho, fortalecendo o vínculo com a instituição e estimulando a permanência nos cursos técnicos.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento de políticas institucionais de acompanhamento da evasão escolar. A criação de sistemas de monitoramento que identifiquem os principais fatores associados ao abandono dos cursos pode subsidiar a elaboração de estratégias mais eficazes de permanência estudantil. A análise contínua desses dados permite que as instituições planejem intervenções pedagógicas e sociais de maneira mais assertiva.

Dessa forma, as ações propostas indicam que a superação dos desafios enfrentados por estudantes de baixa renda na Educação Profissional e Tecnológica exige iniciativas integradas que envolvam apoio socioeconômico, acompanhamento pedagógico, inclusão digital e articulação com o mundo do trabalho. A implementação dessas estratégias pode contribuir significativamente para a construção de uma educação técnica mais inclusiva, democrática e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. A.; FRANCO, M. P. **Educação profissional no Brasil: obstáculos e possibilidades para jovens em vulnerabilidade social.** *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 10, n. 2, 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: Presidência da República, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas.** Brasília: INEP, 2024

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e educação profissional: desafios da integração.** São Paulo: Cortez, 2010.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: MEC, 2022.

OLIVEIRA, D. S.; MARTINS, E. L. **Infraestrutura e evasão no ensino técnico: uma análise crítica.** *Cadernos de Educação Técnica e Tecnológica*, v. 15, n. 1, 2019.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas sociais e do emprego no mundo: tendências 2023.** Genebra: OIT, 2023.

RAMOS, Marise. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2014.

SANTOS, C. R.; REIS, L. P. **Educação técnica e pandemia: os desafios da exclusão digital.** *Revista Educação e Realidade*, v. 46, n. 4, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, R. T.; BRUNO, P. V. **A importância da EPT na inclusão produtiva de jovens vulneráveis.** *Educação & Sociedade*, v. 41, e0220151, 2020.